

A LUSOFONIA PARA ALÉM DOS AFECTOS E DOS ADORNOS AS PREMISSAS DE UM (POSSÍVEL) SABER PARTILHADO

Augusto Nascimento

O VAZIO DA «LUSOFONIA»

Faz mais de dez anos que se criou a CPLP. A nível institucional, a CPLP deu origem a muitos discursos e, em termos de cooperação, a vários projectos. Não obstante as palavras e as acções, um suposto fito – a criação de um sentimento de fraternidade e, no limite, de uma interacção eficaz para o progresso – queda longe, muitíssimo longe. Perante desta lusofonia lacunar, só a incapacidade ou a inconveniência – frequentemente, a pessoal e a corporativa e, circunstancialmente, a institucional e política – de imaginar o futuro continuam a autorizar que nos vejamos a encurtar distâncias no sentido da construção de uma lusofonia (ou lusofonias) actuante e profícua.

Ao arrepio do muito que se diz (e faz), o distanciamento das sociedades ditas «lusófonas» parece inexorável. Não se pode confundir a eventual proximidade derivada da partilha de estatuto social ou de trajectórias de vida com um sentimento «lusófono» que inexistente para o grosso das populações¹. As incidências da história laboram no sentido de desagregar os «lusófonos».

Algo liga os povos ditos «lusófonos»? Esta foi a pergunta talhada para o cerimonial festivo de abertura de um Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais em terras africanas. Constatadas as diferenças abissais entre os países, a resposta proveio decerto de boas intenções, quiçá com um laivo de paternalismo para com os países africanos saídos de conflitos graves no pós-independência: o traço de união era a democracia², inscrita, dir-se-ia, no âmago dos povos falantes da língua portuguesa! Tenho a maior das dúvidas e não queria ser paternalista (até por não excluir o português do rol daqueles cujo amor à democracia possui contornos curiosos). Sem sequer sopesar os valores culturais e políticos, salientaria quão conjuntural – para não carregar as sombras e dizer volúvel – é o reclamado apego à democracia. E quando tal afirmação coincida com a realidade, isso não distingue os presuntivamente «lusófonos» dos «não-lusófonos». Serve o exemplo para mostrar que, mesmo no domínio das reflexões sérias, facilmente se envereda por sentenças imediatas e de reduzido valor heurístico.

Digamo-lo desde já, até da perspectiva de uma eventual construção lusófona, o perigo reside em alienar o sentido crítico, imprescindível para descobrir e inventar, se for o caso, lusofonias. Diferentemente, lemas e agendas de ocasião, que nos atem a demandas circunstanciais de actores políticos e sociais, só prejudicam o (eventual) futuro de efectivos laços entre cidadãos de estados cuja língua oficial é o português.

Um ponto essencial, de difícil reconhecimento pelo voluntarismo, é o de que a «lusofonia» é uma noção convencional, sem respaldo científico sério. Mas, talvez por isso, é grande a tentação de instrumentalização do discurso científico para validar a «lusofonia». Ora, a configurar um projecto político, cujas exequibilidade e validade aqui se presumem, a «lusofonia» nada ganha, antes pelo contrário, com a tentativa de condicionar os discursos a seu respeito, designadamente o científico. Contudo, tal tentação aflora em Portugal (adiante se perceberá por que é que o mesmo não sucede nos demais países). Em que contexto, porquê e quais as consequências para a produção científica são questões para as quais ensaiamos algumas hipóteses de explicação. Dito de outro modo, interessa-nos uma reflexão acerca das implicações dos condicionalismos de ordem política e institucional no tocante à produção de saber em Portugal no domínio dos «estudos africanos» e, muito particularmente, no da «lusofonia».

A «LUSOFONIA»: DESAJUSTES TEÓRICOS E DESENCONTRO DE INTERESSES

Um dos vícios em torno da «lusofonia», que transborda dos cerimoniais políticos e outros para as demais instâncias da vida social, é o da celebração encomiástica dos propalados afectos entre portugueses e africanos (um dado curioso, porque ênfase idêntica não se nota a respeito dos laços com os brasileiros). Pessoas que se tomam

UM DOS VÍCIOS EM TORNO DA «LUSOFONIA»
É O DA CELEBRAÇÃO ENCOMIÁSTICA
DOS PROPALADOS AFFECTOS ENTRE PORTUGUESES
E AFRICANOS.

a sério (possivelmente um indício de que o diletantismo ainda derrota o profissionalismo) ou que supostamente são tomadas a sério dissertam sobre os imaginados afectos. A coberto disto, alimentam-se, não projectos de fôlego político e de interesse colectivo, mas desígnios de recorte mais particular. Para isso, não se pondera a realidade, forçando-se, nalguns casos, a produção de um «saber» de antemão justificativo das intenções «lusófonas». Neste passo da «lusofonia» – mais carecida de um efectivo comprometimento e menos de rituais –, a última coisa que interessa aos desígnios voluntaristas é o crivo crítico das noções com que laboram e com as quais pretendem arregimentar esforços alheios.

Os desígnios lusófonos são imprecisos mas nem por isso são contidos. Pelo contrário, provocam um viés nos estudos sobre África. Um deles respeita precisamente à identidade (à marca – um termo agora em voga – ou ao que for) «lusófona»³. Esta identidade distorcida neste canto lusitano é, obviamente, ignorada ou rejeitada por afri-

Os desígnios lusófonos são imprecisos mas nem por isso são contidos. Pelo contrário, provocam um viés nos estudos sobre África. Um deles respeita precisamente à identidade (à marca – um termo agora em voga – ou ao que for) «lusófona»³. Esta identidade distorcida neste canto lusitano é, obviamente, ignorada ou rejeitada por afri-

canos – porque, há que dizê-lo, é a estes que a coisa diz respeito – e, já agora, por cientistas sociais não-lusófonos. Evidentemente, a assentar arraiais, esta entorse colocará investigadores e académicos portugueses em descompasso com o mundo (um facto que, para o voluntarismo, se afigura irrelevante).

Seja a identidade lusófona um projecto político! Em si mesmo, tal não comporta defeitos irreparáveis. Porém, a substantivação a esmo – e, o mais das vezes, ao arrepio da realidade – da «identidade lusófona» causa reacções políticas negativas. Serão elas produto de uma mentalidade ainda refém de um enquistado e injustificado espírito anticolonial? Ainda que o fossem, e nessa medida representassem um afunilamento de perspectivas, essas reacções são reais. E, por serem dos presumíveis parceiros, merecem ponderada avaliação política e, se restar oportunidade e tempo, científica.

Dado incontornável, histórica, política e sociologicamente, a «identidade lusófona» não tem consistência. O viés lusófono permite a alguns actores continuar a enumerar características específicas dos portugueses e, imagina-se, de quem eles colonizaram (como se os povos dos países outrora colonizados, designadamente os africanos, fossem iguais aos de ontem, com memória e afectos do passado). Persiste-se num erro crasso, o da análise arbitrariamente delimitada desses países como se eles constituíssem um campo «lusófono» e não identidades políticas plurais, moldadas pela relação com os contextos mais próximos, pela sua acção diplomática e política e pela sua interacção económica, social e cultural com o mundo.

Qual é a sustentabilidade teórica e metodológica da comparação dos países lusófonos? Sem esta ponderação, um texto sobre governação ou economia pode identificar alguns alvos. Esse texto será um relatório de consultoria mas não uma investigação. Mais, atrelará meios de investigação a preocupações voláteis, prescrevendo à investigação a vocação de adorno numa composição de intenções inconsequentes e, porventura, erráticas. Nestas condições, a mobilização de investigadores não adiantará um milímetro ao já saber existente, nem creditará qualquer instituição de saber enredada num tal novelo «lusófono» de que se desconhecem princípios, meios e fins.

A menos que ainda nos atribuamos um resquício de poder colonial ou, mais pobremente, padeçamos de um tique colonial, não podemos cunhar uma «identidade lusófona». Mesmo que nos incluamos nela – o que, aliás, nem sempre sucede – tal não dilui a assimetria do propósito, porque não se pode elidir o facto de «lusófono» designar os outros sobre os quais nos arrogamos a prerrogativa de discorrer. Mas pernicioso é o facto de, a propósito da «lusofonia», se conferir dignidade científica ao que não compõe senão uma vulgata de contornos indefinidos, mais ou menos serôdia e votada ao esquecimento⁴. Se esse propósito vingar, prevalecerá a concepção (inconfessada) de um saber resumido à propaganda para inglês ver tão fatidicamente nossa há séculos.

Em suma, o viés «lusófono» replica um erro denunciado há anos acerca dos estudos africanos em Portugal, o da sua redução (com o seu quê de provinciano) à África lusófona⁵. Indigente, conquanto circunstancialmente útil, a noção de «identidade», ou do que seja, «lusófona» poderá até enredar um ou outro intelectual renomado. Mas isso só lembrará os fatídicos compromissos de outrora de figuras com obra de mérito indiscutível que acabaram politicamente instrumentalizadas.

Não configurando uma identidade – não escorando um projecto intelectual e científico sério –, o dado «lusófono» poderia ser um projecto e uma construção. A este propósito, qual é o ponto da situação?

Reconhecem os vários interlocutores – mormente os africanos – alguma valia, instrumental que seja, à noção de «lusófono»? À margem da bondade de declarações de circunstância, avaliemos os factos no domínio da (possível) cooperação científica: os africanos atendem a um critério a que ninguém fugirá, o de o inglês se ter tornado a língua franca da produção científica. E, em resposta às oportunidades do mercado, procuram universidades de outras partes do mundo, cujos atractivos são superiores aos de Portugal. A língua perdeu valia e deixou, faz tempo, de condicionar escolhas. Ademais, as opções dos estudantes e académicos africanos (ainda e sempre eles!) têm um importante significado simbólico: os cientistas portugueses deixaram de ser olhados como mediadores do saber. Nalguns casos são considerados pares, noutros poderão até ser desqualificados, seja em razão da avaliação da sua produção, seja até – e injustamente – em função do que o seu suporte institucional e logístico oferece de retorno aos presuntivos parceiros africanos. Consoante as circunstâncias, num mundo em crescente aceleração e mobilidade, as escolhas e as parcerias deixaram de ser ditadas por critérios linguísticos ou outros dessa índole. Por muito que custe a instituições e a actores que confundem o raio da sua acção e dos seus desejos com a realidade!

O INVERSO DA HERANÇA COLONIAL OU O INTELECTUAL ORGÂNICO DO IMPERATIVO LUSÓFONO?

Depois dos tempos da má consciência colonial, como respondem as instituições de saber em Portugal a esta repartição do mercado do saber?

Desde há anos, indivíduos e instituições em Portugal lograram uma inegável melhoria da produção científica (igualmente derivada dos resultados de cientistas portugueses espalhados pelo mundo). Já outros apostam em colocar-se ao serviço de desígnios «lusófonos» sem contrapartidas visíveis para a valorização da produção científica⁶. Diga-se, é difícil entender e concretizar os desígnios que demandam que se tomem acriticamente todas as enunciações a seu respeito e, de caminho, se abdique da autonomia científica na identificação de problemáticas e na operacionalização das investigações sobre as sociedades cuja língua oficial é o português.

Nesta aderência incondicional à «lusofonia» poderão ecoar uma remanescente e anacrónica má consciência colonial e um paternalismo serôdio e desdenhado pelos afri-

canos. O acto de contrição pelo colonialismo já é hoje muito menos relevante para os ex-colonizados do que imaginam aqueles que denotam apego, ainda que inconsciente, a uma visão passadista e imobilista das sociedades e das pessoas africanas. Que pouco cuidam de um afecto pouco adulto, para não dizer dúplice, qual contraponto espúrio da dominação de outrora.

E, para além de uma inexplicável dissolução dos interesses do país, submetidos a imperativos «lusófonos», nem discutidos nem sufragados, ninguém agradecerá o baixarmos o grau de exigência crítica e a qualidade do nosso labor. Nem tal induzirá ao estabelecimento de parcerias. Afinal, ao invés do que palavras de ocasião possam sugerir, nenhum africano quererá saber de imperativos «lusófonos» ditados ao arripio da realidade! Se calhar, só em Portugal se atenderá a tais imperativos.

Mais, no que representaria uma salutar negação do escalonamento inferido à pressa

do passado colonial ou do ranking dos países na escala do Índice de Desenvolvimento Humano, os presuntivos parceiros – os académicos e estudiosos africanos – terão razões para enjeitar parcerias com instituições de saber tuteladas ou inspiradas por propósitos meramente políticos.

Uma dessas razões atém-se ao ambiente institucional ainda remanescente em Portugal. Malgrado as enormes mudanças e os inegáveis passos para pôr as instituições de saber em compasso com o mundo, em Portugal ainda subsiste como que uma reserva de «preitos de homenagem» (de resto, um dos nossos legados aos ex-colonizados). Entrementes, detentores de lidas do mundo com que superaram os estreitos horizontes de há décadas, muitos africanos subscreverão o diagnóstico de um cabo-verdiano acerca dos empecilhos à inovação em Portugal: a prevalência das hierarquias e a tentação de atalhar tudo quanto represente a diferença ou constitua um desafio. Para esse cientista social cabo-verdiano, o factor maior do atraso da produção científica em Portugal eram os óbices que as instituições de saber, algumas delas rigidamente hierarquizadas, apunham à renovação e à pluralidade. Sobrepondo-se a outros fitos, as inércias e a preservação dos pequenos poderes obstavam poderosamente à criação e à qualificação do saber científico.

Ora, nada seria pior do que, a pretexto da abertura à «sociedade civil», ver assentar arraiais nas instituições de saber da antiga metrópole réplicas de vínculos outrora prevaletentes entre políticos e intelectuais nos países africanos no pós-independência. Durante anos, os estudiosos estavam votados a produzir um saber já sabido e adequado a uma dada ideologia. Não saberia imputar tais vínculos a padrões culturais locais vertidos na política das décadas recentes. Mas, especulando, aludiria a uma influência portuguesa. Embora avesso a invocar a esmo o legado colonial, há certas

O ACTO DE CONTRIÇÃO PELO COLONIALISMO
JÁ É HOJE MUITO MENOS RELEVANTE PARA OS
EX-COLONIZADOS DO QUE IMAGINAM AQUELES
QUE DENOTAM APEGO A UMA VISÃO PASSADISTA
E IMOBILISTA DAS SOCIEDADES
E DAS PESSOAS AFRICANAS.

condutas burocráticas e institucionais que parecem remontar a práticas que iniludivelmente contribuíram para o atraso do nosso país⁷. Entre elas, citemos o temor reverencial, a coincidência entre verdade científica e posição hierárquica e a encenação de um saber atido à justificação dos arranjos internos das instituições.

Tendo sobrevivido a regimes de partido único, os académicos e intelectuais africanos identificarão esta inércia política e cultural, não só pela respectiva memória inscrita nas suas instituições herdadas do colonialismo, como pelos múltiplos ditames de obediência política e ideológica a que estiveram sujeitos durante anos (se é que ainda não estão). Na falta de «tradição» de separação das esferas, muitos políticos africanos pretenderam-se poetas, escritores, guias espirituais e fonte de saber, não se coibindo de indicar agendas e conclusões da rala actividade científica nos seus países, mesmo quando pouco ou nada fizeram por ela. Por isso, actualmente, muitos académicos africanos (solicitados, ademais, por uma miríade de propostas de consultoria) enjeitarão o que pareça colocá-los na condição de «intelectuais orgânicos» e, mais ainda, de uma «lusofonia» com que não têm afinidades.

Porventura arredado um tal panorama, o saber e a cooperação científica poderiam ser um possível domínio de construção de uma comunidade lusófona. Mas não o serão enquanto não se ultrapassarem vários vícios. Mercê da abertura ao mercado global de saber, onde nem a língua nem as instituições portuguesas pesam sobremaneira, esses vícios parecem em vias de superação nos países lusófonos, mas não necessariamente em Portugal.

Com novas vestes – porquanto a política e as ideologias parecem dissolvidas pelo pragmatismo –, o «intelectual orgânico» parece estar de volta em Portugal. Será este o modelo de investigação e de ambiente institucional e científico que temos para ofere-

cer a académicos africanos cursados em universidades de várias partes do mundo? Estreitando as balizas da investigação científica, o paternalismo e a inanidade de alguns desempenhos institucionais candidatos a tutelar a actividade científica

ARGUMENTAR-SE-Á QUE A «LUSOFONIA» PODE SER UMA META. ORA, TAL IMPLICA, EM PRIMEIRO LUGAR, QUE SE EVITE A CONTAMINAÇÃO DO CONHECIMENTO POR DESIDERATOS POLÍTICOS.

desembocarão na infantilização do discurso científico produzido em Portugal acerca das ex-colónias⁸ e, de caminho, acerca de nós próprios.

A (EVENTUAL) PARCERIA NA CONSTRUÇÃO DO SABER

Neste texto, não cuidamos de analisar a CPLP enquanto projecto político. Apenas nos preocupamos com as implicações desse projecto na produção do conhecimento em Portugal sobre África e, especialmente, sobre os países «lusófonos».

Argumentar-se-á que a «lusofonia» – aqui entendida como construção de um saber partilhado – pode ser uma meta. Ora, tal implica, em primeiro lugar, que se evite a contaminação do conhecimento por desideratos políticos. Implica, por isso, debates

abertos, investimentos em meios e, sobretudo, tempo (que não o da propaganda). Ao nível estritamente científico, requererá crivos que evitem os erros de uma «ciência»⁹ norteada pelo imperativo «lusófono», que, a impor-se aos cientistas, desacreditaria o saber produzido.

Parecendo querer preservar a sua fatia do mercado global de bens culturais, Portugal e as suas instituições alienarão as oportunidades da globalização. Repetindo-nos, a pretensão de que os portugueses ainda são detentores de um saber a transmitir aos africanos e a de que os «lusófonos» preferem Portugal a outras possibilidades de realização são absolutamente risíveis. E serão cada vez mais falsas, a menos que se lute denodadamente pela qualificação do saber em Portugal.

A língua será uma vantagem mas requer saber mais acutilante e, a montante, uma política exigente de amparo à investigação. Mais, poder-se-á até atender à oportunidade política e social de certas investigações – não faltará quem se proponha a esses estudos – mas nunca de molde a sujeitar a investigação à discricionariedade política, administrativa ou outra, com o que todos perderíamos.

Não se nega a valia instrumental nem as vantagens comparativas de uma aposta nos países lusófonos (não redutíveis à «lusofonia»). Mas a valorização do saber, cuja premissa é a respectiva autonomia, consegue-se não apenas pela interacção com os «lusófonos» mas, sobretudo, pela integração em redes científicas internacionais propícias à qualificação continuada do saber. A exemplo do que, há muito, fazem os africanos! Representando um projecto político legítimo e, admite-se, interessante – se não se resumir ao costumeiro *para inglês ver* –, a «lusofonia» não pode ser uma espécie de enquadramento nem da história nem de qualquer outro saber social. Não podendo ser um impulso hegemónico, menos ainda a «lusofonia» pode importar para o labor científico os constrangimentos de demandas que, podendo ter razões políticas, forçosamente terão outros campos de aplicação que não a investigação científica. E, nos dias de hoje, menos ainda a «ultramarina» ou a «tropical».

Em suma, não pode haver investigação sujeita a imperativos políticos. Por definição, os investigadores trabalham com instrumentos, meios e modelos de análise social que não coincidem com os da acção política. Os políticos têm a liberdade e o dever de acolher, ou não, eventuais sugestões de trabalhos académicos. Porém, os políticos e outros actores sociais não podem tolher a liberdade e a autonomia da investigação. R1

NOTAS

1 Em termos comparativos, assim sucedeu no pico da propaganda colonial nos anos 30 e 40 do século passado, aquando da instrumentalização de meia dúzia de fervorosos e devotados africanistas. O empenho destes não teve repercussões de monta para além da propaganda da ideia de «império». Poucos anos depois, o lema do «império» e da sua «mística» seria abandonado por politicamente inconveniente.

2 Não trataremos aqui de escrutinar as noções de democracia nem sequer de assinalar a diferença para a noção de regime multipartidário. Para os fins deste texto, assumamos que democracia é a resultante da apropriação e da manipulação dessa noção no contexto político e social de cada um dos países.

3 São inúmeras as possibilidades de desconstrução do que, podendo ser um projecto político, pretende pescar legitimidade em águas turvas. Para citar apenas uma das críticas possíveis, «lusófono» contém uma subliminar periodização da história dos países em apreço, como que tornando essa história refém do colonialismo. Tal colide com a perspectiva que avulta em países afri-

canos, onde, com maior ou menor pertinência, se valorizam as relações com o passado pré-colonial.

4 Pretendendo à viva força incrustar uma identidade, a «lusofonia» nunca chegará sequer a ser uma construção. Curiosamente, estudiosos de países terceiros, com mais meios e beneficiando do curso do inglês como língua internacional no domínio do saber, estão a construir fóruns capazes de polarizar o interesse de académicos africanos. Estes não se mostram naturalmente propensos a afectar uma «postura lusófona» em nome dos afectos, do património histórico comum e por aí adiante.

5 Dos vários textos de Patrick Chabal, cite-se, por exemplo, um ensaio de 1993, «O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa». In *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, 15, pp. 37-55.

6 Imaginar-se-á uma actividade científica e uma relação de cooperação em que não haja ganhos para o nosso país? Tal sucederá se se instrumentalizarem os cientistas e se se reduzir o discurso científico à

vulgarização própria para os (imaginados) fins da «lusofonia».

7 Por exemplo, não é preciso conhecimento aprofundado da história recente para se ter uma intuição certa dos danos causados pela «ciência nacional» de décadas passadas.

8 Em comparação com as nossas limitações de vária ordem, a capacidade de realização dos brasileiros é avassaladora. Aqui e além, as suas relações com os africanos parecem mais maduras, isto é, de «mão dupla», uma expressão feliz com que, num colóquio recente, um reputado historiador brasileiro cortou cerce velados apelos ao paternalismo e à [quase inevitável] distância entre as «promessas» e as «realizações».

9 Durante anos, desvalorizei as críticas de vários estudiosos brasileiros e africanos às réplicas de uma ciência que, já não se reclamando «nacional», insistia num veio português na lida com os povos do ex-ultramar. Ainda hoje acho que tal perspectiva só muito parcelarmente cola à realidade histórica. Ainda assim, tal mote vai, aqui e ali, ecoando.